

COMITÊ DO ITAJAÍ



Pacto para prevenção e controle de cheias no Vale do Itajaí

Subordinando-se aos princípios e objetivos estabelecidos na Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, fixados respectivamente no artigo 2º da Lei Federal nº 9.433/97 e nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 9.748/94, o presente PACTO consiste na adoção das diretrizes estabelecidas na Oficina de Planejamento realizada pelo Comitê do Itajaí entre os dias 14 e 16 de junho de 1999 e que deverão ser observadas na elaboração de quaisquer planos de prevenção e contenção de enchentes na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

As diretrizes são apresentadas na forma de linhas de ação inseridas dentro de 5 eixos temáticos, conforme descrição a seguir:

EIXO TEMÁTICO 1: CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DO MEIO RURAL

Linha de Ação 1.1 - Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município.

Linha de Ação 1.2 - Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias.

Linha de Ação 1.3 – Manejar adequadamente os cursos d'água.

EIXO TEMÁTICO 2: GESTÃO URBANA PARA CONTROLE DE ENCHENTES, IMPLANTADA EM TODA A BACIA

Linha de Ação 2.1 – Implantação e adequação dos planos diretores municipais.

Linha de Ação 2.2 – Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias.

Linha de Ação 2.3 – Gerenciamento de águas pluviais.

EIXO TEMÁTICO 3: GESTÃO E CONTROLE NA REDE DE DRENAGEM

Linha de Ação 3.1 – Gerenciamento da rede de drenagem.

Linha de Ação 3.2 – Controle da rede de drenagem.

EIXO TEMÁTICO 4: IMPLEMENTAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA

Linha de Ação 4.1 – Avançar no cumprimento da legislação.

Linha de Ação 4.2 – Melhorar a convivência com as cheias.

EIXO TEMÁTICO 5: SISTEMA EMERGENCIAL

Linha de Ação 5.1 – Implantar sistema emergencial na bacia hidrográfica.

O detalhamento de cada uma das linhas de ação bem como sua priorização estão inseridas no Anexo e fazem parte integrante deste PACTO.

ANEXO

**DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O PLANO DE
PREVENÇÃO E CONTENÇÃO DE ENCHENTES NO
VALE DO ITAJAÍ**

Comitê do Itajaí

Blumenau, SC

Junho de 1999

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	
1.1. Antecedentes.....	03
1.2. Objetivos da Oficina.....	04
2. INÍCIO DOS TRABALHOS.....	05
3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE PLANEJAMENTO	
3.1. Reflexões sobre a situação atual.....	06
3.2. Levantamento e ordenamento dos eixos temáticos.....	06
3.3. Construção da Matriz de Diretrizes: identificação das linhas de ação para cada eixo temático e elaboração de uma análise das mesmas.....	07
3.4. Priorização das linhas de ação.....	08
3.5. Identificação dos possíveis parceiros/ responsáveis pelas linhas de ação.....	08
3.6. Encaminhamentos finais.....	08
Lista de Participantes.....	10
OBJETIVOS DA OFICINA.....	Painel 01
LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS.....	Painel 02
CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DO MEIO RURAL.....	Painel 03
GESTÃO URBANA PARA CONTROLE DE ENCHENTES, IMPLANTADA EM TODA BACIA.....	Painel 04
GESTÃO E CONTROLE NA REDE DE DRENAGEM.....	Painel 05
IMPLEMENTAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA.....	Painel 06
SISTEMA EMERGENCIAL.....	Painel 07
PRIORIZAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO.....	Painel 08
LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS PARCEIROS/RESPONSÁVEIS.....	Painel 09
ENCAMINHAMENTOS FINAIS DA OFICINA.....	Painel 10

1. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes

A necessidade de que sejam definidas diretrizes para o *plano de proteção e contenção de enchentes no Vale do Itajaí* vem de encontro à solicitação por parte do Governo do Estado de que sejam tomadas providências urgentes pelo Comitê do Itajaí para a elaboração de um projeto que previna ou minimize os efeitos das enchentes periódicas que assolam a região. Embora desde 1995, quando da assinatura de um protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a OECF¹ tenha sido estabelecida a base das ações a serem financiadas pela OECF no Projeto JICA², este não foi implementado. Inúmeros problemas foram os responsáveis pela não implantação do projeto, entre elas todo um processo mal conduzido de elaboração do EIA/RIMA necessário. Nessa oportunidade (1996) surgiu o projeto IPA, cuja função foi o de alimentar politicamente o processo de contratação do financiamento do projeto JICA. Uma vez mais em nada resultou essa nova proposta. O processo foi suspenso, assim como o contrato para a realização do EIA/RIMA. O novo Governo, em 1999, retomou a questão e solicitou que o Comitê do Itajaí se pronunciasse para que possam ser renegociadas as bases do financiamento com o Governo do Japão e que se possa utilizar os recursos financeiros disponibilizados pela OECF. O Comitê do Itajaí, por sua vez, entendeu que a melhor forma de chegar a um consenso seria através de uma ampla participação dos atores envolvidos. Esses atores, incluindo técnicos, políticos, representantes do Comitê, entre outros interessados, deveriam identificar as *diretrizes* para o plano que deve embasar as negociações. Assim, iniciou-se um processo participativo que culminou com a presente Oficina.

A existência de uma carta de intenções anterior não inviabiliza o atual processo de ajuste das questões relativas à implementação de um projeto de financiamento uma vez que não se está alterando o objetivo finalístico do plano, ou seja, *a prevenção e controle das enchentes no Vale*. A intenção é a de se levantar outras alternativas de trabalho com ações diversificadas e que atendam as expectativas do Comitê, legitimamente representante da sociedade envolvida.

O evento realizou-se em Blumenau, entre os dias 14 e 16 de junho de 1999, nas dependências do Campus de Pós-Graduação da FURB e contou com a participação de uma média de 22 pessoas conforme a *lista de participantes* (pg.10).

O presente documento descreve o *processo geral de trabalho* adotado na Oficina, além de *reproduzir os trabalhos realizados* pelos participantes.

1.2. Objetivos e programa da Oficina

Os *objetivos gerais da Oficina* foram:

- *definir as diretrizes do pacto de prevenção e controle de enchentes no Vale do Itajaí, e consolidar as propostas apresentadas*

Os *objetivos da presente oficina* estão descritos no **Painel 01**.

O *programa* estabelecido para os quatro dias de trabalho foi assim constituído:

- *abertura e início dos trabalhos*

¹ OECF – Overseas Economic Cooperation Fund

² JICA – Japan International Cooperation Agency

- *apresentação dos participantes*
- *objetivos e programa da oficina*
- *recomendações para a escrita e visualização das idéias*
- *recomendações para o trabalho de grupo*
- *apresentação e reflexão da situação atual*
- *definição dos grandes eixos temáticos a serem tomados como diretrizes para o plano em questão*
- *identificação das linhas de ação e suas respectivas ações necessárias e suficientes*
- *análise da factibilidade de execução dessas linhas de ação e de suas respectivas atividades (ações)*
- *priorização das linhas de ação*
- *levantamento dos responsáveis/parceiros pela linhas de ação referentes às diretrizes adotadas*
- *reflexão final sobre as propostas consolidadas e encaminhamentos finais*
- *avaliação da Oficina*
- *encerramento*

2. INÍCIO DOS TRABALHOS

A abertura da Oficina se deu formalmente pelo Reitor da FURB, Prof. Egon José Schramm que, além de dar as boas vindas aos presentes, fez uma breve introdução às razões da presente Oficina. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Paulo Gouvea - Secretário de Estado, que pediu empenho do grupo na busca de soluções urgentes para o problema das enchentes no Vale. Também, definiu a situação como uma “corrida contra o tempo” para enfatizar tal urgência.

O próximo a falar foi o Sr. Dieter Grimm, Prefeito de Agrolândia e Vice-Presidente do Comitê, que abordou as diferenças do cenário atual para aquele que deu origem à concepção do projeto JICA, exortando o grupo a chegar o mais perto possível de um plano viável para a situação presente. Em seguida, falou o Sr. Wilson Wandall - Deputado Estadual, que em nome do poder legislativo deu todo o apoio à iniciativa em promover o presente debate, referindo-se especificamente à importância do processo participativo com os diferentes atores sociais presentes ao mesmo.

A última mensagem coube ao Sr. Edson Brunsfeld - Vereador por Blumenau, que acompanhou o grupo da “Missão Europa” *para conhecer as técnicas modernas de prevenção de cheias* e relatou suas impressões à partir dos resultados alcançados pelos programas de contenção de enchentes desenvolvidos em países como a Alemanha e Suíça. Sua principal mensagem foi a que não se deve “desmanchar o que a Natureza fez”, como um claro alerta de que é preciso tomar cuidado com as obras que se planeja.

Encerrada a abertura, foi dado início aos trabalhos da oficina.

3. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE PLANEJAMENTO

3.1. Reflexões sobre a situação atual

Esta etapa da Oficina caracterizou-se por apresentações referentes à situação atual, quer sobre o aspecto de diagnósticos recentemente realizados, quer sobre os históricos do Projeto JICA e do Projeto IPA.

A primeira apresentação, a cargo da Prof. Dra. Beate Frank, traçou o panorama atual da problemática das enchentes com base em inúmeros diagnósticos realizados nos diferentes municípios da Bacia. Foram apresentados gráficos e tabelas bastante elucidativos da situação presente. Ainda com base nos diagnósticos realizados, o Prof. Dr. Adilson Pinheiro complementou os dados anteriores esclarecendo outros detalhes importantes para a elaboração do pacto.

O Eng. Luiz Antônio Braga Martins fez, em seguida, uma exposição do histórico e da concepção do Projeto JICA. A apresentação gerou uma forte discussão em torno das bases do projeto e de sua filosofia voltada, primordialmente, à contemplação de obras estruturais.

Em seguida, O Dr. Luiz Fernando K. Merico apresentou um síntese do Projeto IPA que encerra uma concepção mais holística de como resolver os problemas relativos às enchentes no Vale.

3.2. Levantamento e ordenamento dos eixos temáticos

A primeira atividade desta etapa do planejamento foi o *levantamento dos eixos temáticos*, candidatos a futuros *resultados* na composição de um plano de projeto para os objetivos propostos na Oficina. O trabalho foi realizado em plenária a partir de uma *tempestade de idéias* onde cada um dos presentes teve a oportunidade de opinar e fazer propostas.

Em seguida, as propostas foram agrupadas segundo suas afinidades e desses agrupamentos resultaram 5 *eixos temáticos*, descritos como:

- . *conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural*
- . *gestão urbana para o controle de enchentes*
- . *gestão e controle da rede de drenagem*
- . *sistema de emergência , e*
- . *educação ambiental*

O painel referente a esta atividade encontra-se reproduzido no **Painel 02 (Levantamento dos eixos temáticos)**.

3.3. Construção da Matriz de Diretrizes: identificação das linhas de ação para cada eixo temático e elaboração de uma análise das mesmas.

A partir dos eixos temáticos elencados no passo anterior, foi construída uma *Matriz de Diretrizes* cujo objetivo foi analisar mais detalhadamente cada um dos eixos. Para tal, foram formados 4 grupos de trabalho segundo as afinidades, conhecimento e vivência de cada participante para com o tema abordado.

A tarefa constituiu-se em definir, para cada *eixo temático*:

- . suas principais *linhas de ação*,
- . as *ações* necessárias e suficientes para as mesmas,
- . os *impactos favoráveis*,
- . os *impactos negativos*,
- . as *realizações já efetuadas*,
- . *o que ainda falta fazer*,
- . os *entraves* (legais, financeiros, burocráticos, políticos, etc.), e
- . os *conflitos previstos* para a execução dessas ações.

Por razões práticas, decidiu-se que o grupo 04 trabalharia tanto o eixo temático referente ao *sistema de emergência*, como aquele sobre a *educação ambiental*. Os grupos tiveram ainda a tarefa de dar uma redação condizente a cada eixo temático, de forma a configurá-lo como um futuro *resultado* de um *plano estratégico contra enchentes*.

Assim, ficaram constituídos os seguintes eixos temáticos e suas respectivas linhas de ação:

1. Conservação, recuperação e manejo sustentável do meio rural

- . *Atingir, em 5 anos, no mínimo 35% de cobertura florestal por município*
- . *Usar e manejar adequadamente o solo em atividades agropecuárias*
- . *Manejar adequadamente os cursos d'água*

2. Gestão urbana para controle de enchentes, implantada em toda a bacia

- . *Implantação e adequação dos planos diretores municipais*
- . *Estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias*
- . *Gerenciamento de águas pluviais*

3. Gestão e controle na rede de drenagem

- . *Gerenciamento da rede de drenagem*
- . *Controle da rede de drenagem*

4. Implementar a educação ambiental na bacia hidrográfica

- . *Avançar no cumprimento da legislação*
- . *Melhorar a convivência com as cheias*

5. Sistema emergencial

- . *Implantar sistema emergencial na bacia hidrográfica*

A reprodução dos painéis completos da Matriz de Diretrizes incluindo a *análise das ações* encontra-se nos **Painéis 03 a 07 (Identificação e análise das ações)**

3.4. Priorização das linhas de ação

A próxima etapa da Oficina foi o estabelecimento de uma *priorização das linhas de ação* propostas no passo anterior. Essa priorização foi realizada segundo votação por pontuação. Para tal, cada participante recebeu uma etiqueta, num total de 5, para que fossem colocadas uma em cada

linha de ação tida como prioritária. Ao final, foram contados os pontos e o resultado encontra-se reproduzido no **Painel 08**.

Por decisão da plenária, mesmo estando priorizadas, foram consideradas todas as linhas de ação, uma vez que o conjunto delas foi tido como importante, suficiente e necessário para o objetivo proposto. No momento da elaboração do plano, essas ações priorizadas poderão ser revistas no sentido de se separar aquelas de curto, médio e longo prazo em sua execução.

3.5. Identificação dos possíveis parceiros/responsáveis por essas linhas de ação

Esta etapa teve por finalidade correlacionar as instituições, órgãos, grupos e pessoas envolvidas com a problemática que se quer resolver com as linhas de ação elencadas. Trata-se de um primeiro momento na identificação desses responsáveis/parceiros. Futuramente, quando da elaboração do plano do projeto, deverá ser realizada uma análise minuciosa quanto às fragilidades, potencialidades, interesse, etc. de cada um dos parceiros com relação ao projeto.

A identificação dos possíveis parceiros ou responsáveis pelas ações contidas em cada uma das linhas de ação estabelecidas é, sem dúvida, uma ferramenta importantíssima no momento de se definir os participantes de uma Oficina em que se pretenda elaborar um plano para o projeto. Além daqueles que ajudaram a formular as diretrizes, devem estar presentes representantes de futuros ou atuais parceiros interessados na solução dos problemas.

A reprodução dessa tarefa encontra-se no **Painel 09**.

3.6. Encaminhamentos finais

A última etapa de trabalho da Oficina disse respeito aos *encaminhamentos finais*. A finalidade foi a de levantar as *próximas ações* a serem realizadas para garantir a continuidade do processo de planejamento das ações para o futuro projeto.

Esses encaminhamentos foram:

- . *Apresentar as diretrizes levantadas e tomadas, por aclamação, como do consenso do grupo desta Oficina à Assembléia do Comitê.*

É de capital importância tal apresentação não apenas para divulgação do trabalho realizado, mas também para que o Comitê possa assimilá-las e validá-las para a continuidade do processo.

- . *A Assembléia deverá definir quem, representando o Comitê, deverá participar da elaboração do plano segundo as diretrizes apontadas na Oficina.*

A legitimidade das propostas apresentadas e que representam o consenso do grupo deve garantir que as mesmas sejam levadas em conta em qualquer futuro planejamento.

- . *A Secretaria do Comitê deverá preparar com antecedência tudo que for necessário para a viabilização da elaboração do plano, no mais breve espaço de tempo.*

Entre o que deve ser preparado para as futuras reuniões, no sentido de viabilizar a elaboração do plano, está a relação das pessoas que devem participar das mesmas. A partir do levantamento realizado sobre os *possíveis responsáveis/ parceiros*, torna-se mais fácil a identificação, por linha de ação, daqueles que deverão estar presentes nas reuniões .

O resultado deste levantamento encontra-se reproduzido no **Painel 10 (Encaminhamentos finais da Oficina)**.

APRESENTAÇÃO

GRUPOS

NOMES

FORMAÇÃO

NOSSAS AFINIDADES

NOSSAS DIFERENÇAS

**GRUPO
1**

OSCAR JOSÉ
GRAF

ENG. ELETRECISTA

KLAUS PETER
MICHEL

ENG. FLORESTAL

BERENICE
MARTINS DA
SILVA

ENG. SANITARISTA

LUIZ
FERNANDO
MERICÓ

GEÓLOGO

3

- BRUSQUENSES
- ENGENHEIROS

- CONHECERAM
CHEIAS
- SETOR PÚBLICO
- ÁREA AMBIENTAL

- DOMICÍLIOS
DIFERENTES
- PARTIDOS
POLÍTICOS
DIFERENTES

**GRUPO
2**

BEATE FRANK

FÍSICA

DIETER GRIMM

ADMINISTRADOR

LUIZ KROBEL

ENG. CIVIL

NELSON
INFANTI

GEÓLOGO

- QUEREMOS
ENCONTRAR A
MELHOR
DESTINAÇÃO DOS
RECURSOS DA OECF

- TEMOS INTERESSE
NOS PROBLEMAS
REGIONAIS

- TODOS QUEREMOS
RESOLVER O
PROBLEMA DO
CONJUNTO

- SOMOS 1 DO ALTO,
1 DO MÉDIO, 1 DA
FOZ ONDE
NASCEMOS E 1 DA
CAPITAL (CATARIN
ENSE POR OPÇÃO)

- O NÍVEL DE
ENVOLVIMENTO
DEVIDO AO CARGO
OU FUNÇÃO QUE
OCUPAMOS

APRESENTAÇÃO

GRUPOS

NOMES

FORMAÇÃO

NOSSAS AFINIDADES

NOSSAS DIFERENÇAS

**GRUPO
3**

JULIO TEIXEIRA

BACHAREL EM DIREITO

CONTROLE DE CHEIAS

MÉTODOS ORGANIZACIONAIS

MARCIO LUCAS

TÉC. DEFESA CIVIL

FUNÇÕES VINCULADAS AO ESTADO

LUIZ ANTÔNIO BRAGA MARTINS

ENG. CIVIL
ESP.: OBRAS HIDRÁULICAS

RELACIONAMENTO DIRETO COM COMUNIDADES

ESPECIALIDADE PROFISSIONAL

**GRUPO
4**

SUSANA

BIOLÓGA

ENSINO&APLICAÇÃO

PESQUISA AMBIENTAL X CONTROLE AMBIENTAL.

ADILSON

RECURSOS HÍDRICOS

PRESERVAÇÃO

QUAL. ÁGUA X HIDROLOGIA

CARLOS AUGUSTO

OCEANÓGRAFO

CAUSAS AMBIENTAIS (RECURSOS HÍDRICOS)

HABITANTES DA BACIA X NÃO

TODOS JÁ LECIONARAM

CIDADES DIFERENTES

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

AUTONOMIA DE AÇÃO

APRESENTAÇÃO

GRUPOS

NOVES

FORMAÇÃO

NOSSAS AFINIDADES

NOSSAS DIFERENÇAS

**GRUPO
5**

EDSON

ENG. AGRÔNOMO/
BACHAREL ADM

ATUAÇÃO SEMPRE EM
ÓRGÃO PÚBLICO

ATUAÇÃO EM ÁREAS
DISTINTAS NA BACIA
(ALTO, MÉDIO E
BAIXO VALE)

ROLANDO

ENG. SANITARISTA
(VIG. SANITÁRIA)
MESTRANDO ENG.
AMBIENTAL

FORMAÇÃO EM ÁREA
AMBIENTAL

ATUAÇÃO EM
ENTIDADES DE AÇÃO
REGIONAL

NATUREZA DO
CARGO PÚBLICO
(TÉCNICO,
CONFIANÇA,
ELETIVO)

ALOIR

LIC. HISTÓRIA
NATURAL

TRABALHA EM ADM
PÚBLICA MUNICIPAL

**GRUPO
6**

WIGOLD

ADM EMPRESAS
ECOLOGISTA
AGRICULTOR

RESPEITO LÍMITES DA
NATUREZA

ORIGEM RURAL E
URBANA

SANDRA

ARQUITETA E
URBANISTA

QUESTÃO AMBIENTAL

ARLINDO

ENG. AGRÔNOMO

ELABORAÇÃO DE
PROJETOS

AUTONOMA DE AÇÃO

OBJETIVOS DA OFICINA

OBJETIVOS

QUAL O OBJETIVO DESSA OFICINA?

DEFINIR AS DIRETRIZES DO PACTO DE
PREVENÇÃO E CONTROLE DE
ENCHENTES DO VALE DO ITAJÁ

CONSOLIDAR PROPOSTAS
APRESENTADAS

PARA QUE?

PARA DEFINIR A MELHOR FORMA DE
LIDAR COM AS ENCHENTES DO VALE

O QUE PRECISAMOS
FAZER PARA ISSO?

QUAIS AS DIRETRIZES
PARA A FORMAÇÃO DE
UM PLANO VIÁVEL?

QUAIS AS AÇÕES
NECESSÁRIAS?

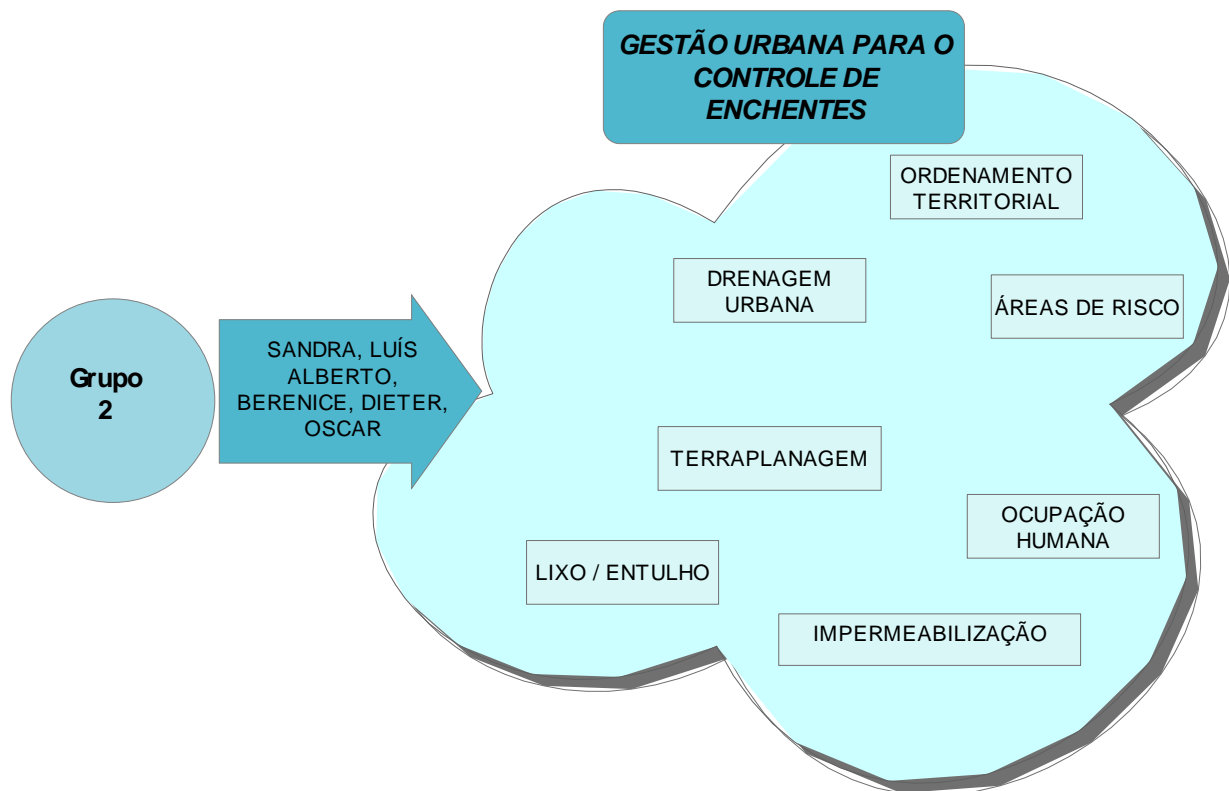
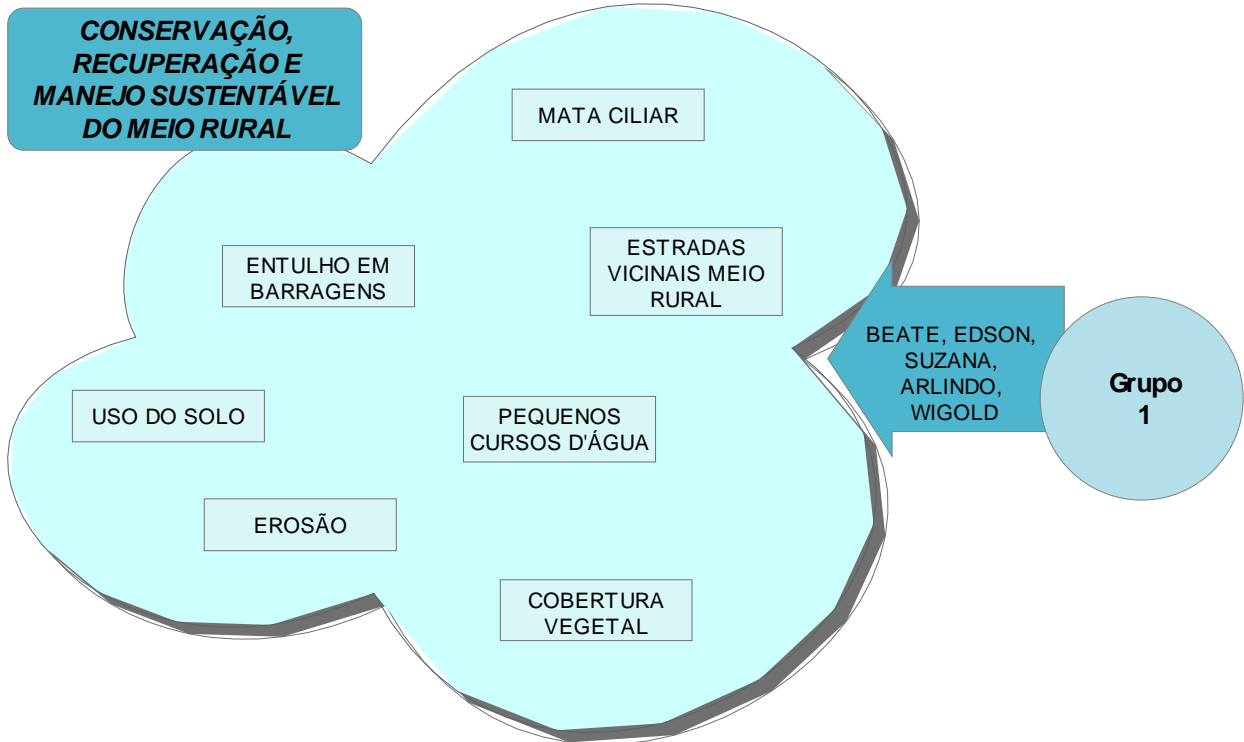
PROGRAMA

Painel 03

	8:30 - 10:00	10:30 - 12:30	14:00 - 16:00	16:30 - 18:30
2ª FEIRA 14/06	ABERTURA APRESENTAÇÃO	OBJETIVOS/ ROTEIROS RECOMENDAÇÕES DIAGNÓSTICOS	DIAGNÓSTICOS LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS LINHAS DE AÇÃO	ANÁLISES DAS AÇÕES
3ª FEIRA 15/06	TRABALHO DE GRUPO (ANÁLISE DAS AÇÕES)	CONTINUAÇÃO	CONTINUAÇÃO	MERCADO DE INFORMAÇÕES (APRESENTAÇÃO DOS PAINÉIS)
4ª FEIRA 16/06	IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PRIORIZAÇÃO	CONTINUAÇÃO	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS	AVALIAÇÃO FINAL ENCERRAMENTO

LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS

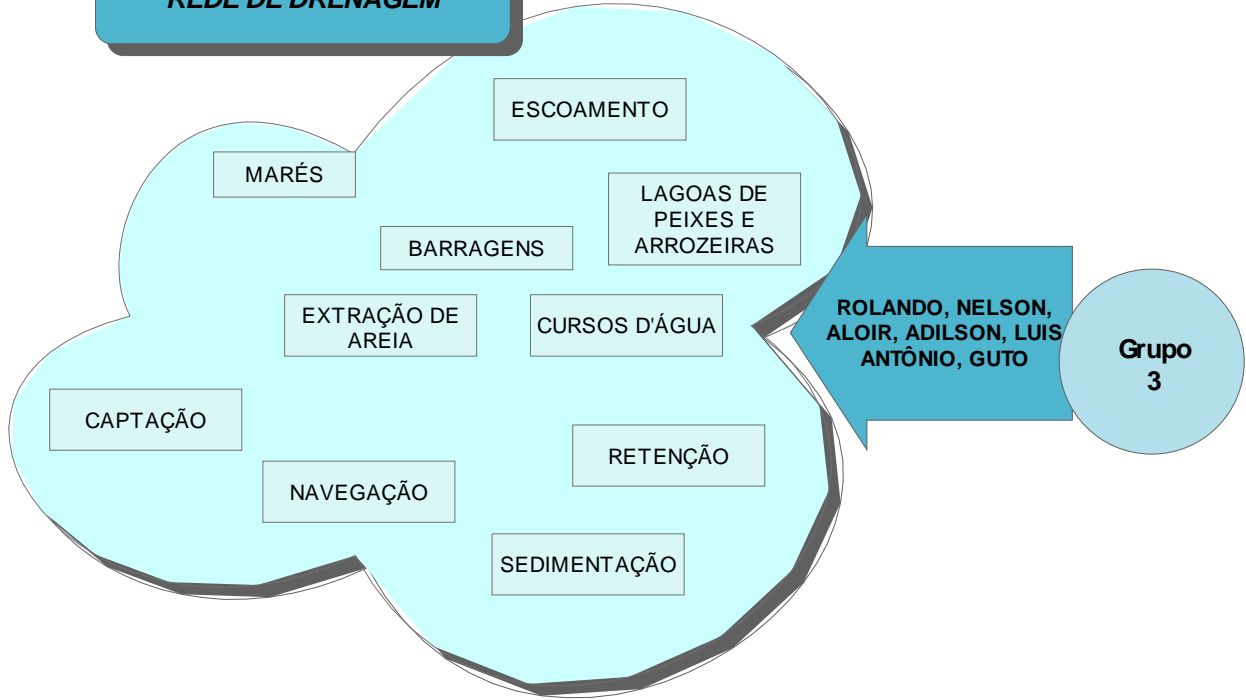
Painel 02



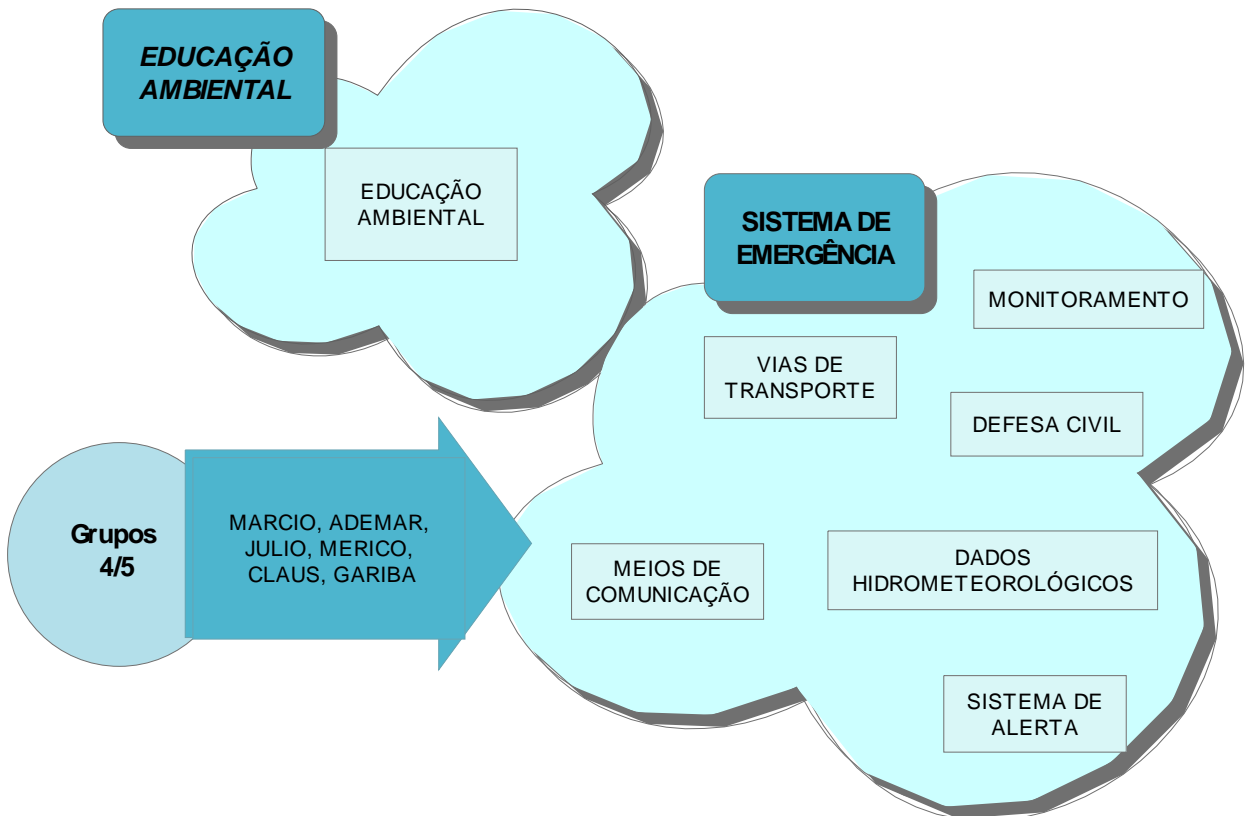
LEVANTAMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS

Painel 04

GESTÃO E CONTROLE DA REDE DE DRENAGEM



EDUCAÇÃO AMBIENTAL



EIXO
TEMÁTICO
1

CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DO
MEIO RURAL

Painel O3

LINHA DE
AÇÃO 1

ATINGIR, EM 5 ANOS, NO MÍNIMO 35% DE COBERTURA FLORESTAL POR MUNICÍPIO

ações	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
1.1.1 IMPLANTAR RESERVAS LEGAIS (DE 20%)	MENOR ESCOAMENTO SUPERFICIAL	LIMITAÇÃO DE ÁREAS PARA USO AGRÍCOLA TRADICIONAL	LEGISLAÇÃO DISPONÍVEL	EDUC. FLORESTAL	FALTA DE AUTO RESPONSABILIZAÇÃO (ATRIBUIÇÃO DE OUTREM)	INTERESSES SETORIAIS CLASSE POLÍTICA
1.1.2 RECUPERAR E MANTER MATA CILJAR		INVIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM ALGUMAS PROPRIEDADES	FISCALIZAÇÃO (POLÍCIA AMBIENTAL, FATMA, IBAMA)	BANCO DE DADOS - LEV. AEROFOTOGRAFIA - CADASTRAMENTO FLOR./PROPRIEDADE - UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITE	ESTRUTURA DEFICIENTE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	INTERESSE DOS PRODUTORES RURAIS
1.1.3 RECUPERAR E MANTER APP (ENCOSTAS)	MAIOR EVAPOTRANSPIRAÇÃO		PARQUES E RESERVAS - SASSAFRÁS - CANELA PRETA - MORRO DO BAÚ - SERRA ABELHA - DAS NASCENTES - SÃO FRANCISCO E RPNs		ALOCAÇÃO INADEQUADA DE RH	INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA (IND. MAD. E FUMAG)
1.1.4 IMPLANTAR FLORESTAS COMERCIAIS	PROTEÇÃO E REPOSIÇÃO ÁGUA SUBTERRÂNEA	MONOCULTURA		VIVEIROS FLORESTAIS (NATIVAS, EXÓTICAS E ORNAMENTAIS)	FALTA DE ARTICULAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS E INSTITUIÇÕES	POSTURAS IDEOLÓGICAS
1.1.5 CRIAR UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (PARQUES E RESERVAS)	REGULARIZAÇÃO DE VAZÕES		LICENCIAMENTO	PARCERIAS E COOPERAÇÃO (GOV., ONGs, UNIV., EMPR.)	NEGOCIAÇÃO INTERNACIONAL CONTEMPLA APENAS "OBRAS"	
1.1.6 MANTER E ENRIQUECER A COBERTURA FLORESTAL ATUAL	PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE		COMITÊ DO ITAJÁ	RENEGOCIAÇÃO DO PROJETO DE CONTENÇÃO DE CHEIAS	CONCEPÇÃO VIGENTE NA COMUNIDADE SOBRE CONTENÇÃO DE CHEIAS	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
	SUPRIMENTO DAS PROPRIEDADES (LENHA, MADEIRA, ALUM.)		~1% DAS PROPRIEDADES COM R. LEGAL AVERBADA	AGILIZAR MB II (CONTRATO E EXECUÇÃO)	FALTA DE RECURSOS (1.1.1 A 1.1.6)	
	MELHORIA DA PAISAGEM		ALTO VALE 30% PROP. MANTÉM REMANESCENTES FLOR.	FOMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E AVERBAÇÃO RL, APP E MATA CILIAR	FALTA DE ESCLARECIMENTO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS	
	NOVA ALTERNATIVA ECONÔMICA PARA PROPRIEDADES		MÉDIO VALE 80% PROP. MANTÉM REMANESCENTES FLOR.	DINAMIZAR PCDF	FALTA DE INFORMAÇÕES SOBRE FORMAS DE USO PREVISTAS NAS LEIS (1.1.4)	
	GERAÇÃO DE TRABALHO		PCDF - PROJETO CATARINENSE DESENV. FLORESTAL	ESTIMULAR INSTALAÇÃO DE UNID. CONS.		
	ATRATIVIDADE PARA TURISMO		BAIXO VALE 40% PROP. MANTÉM REMANESCENTES FLOR.	ESTIMULAR MANUT. DA COB. FLOR. NATIVA EXISTENTE		
			PROGRAMA PILOTO DE RECUP. MATA CILIAR DA APREMAVI	ESTABELECEER POLÍTICA FLORESTAL PARA A BACIA (1.1.1 A 1.1.6)		
			PROJETO MICROBACIAS I	ABERTURA DE LINHAS DE CRÉDITO COM JUROS SUBSIDIADOS (IDÊNTICO AO CRÉDITO AGRÍCOLA) (1.1.4)		
				UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DE SATÉLITE (1.1.1 A 1.1.6)		
				REESTRUTURAR E INTENSIFICAR A FISCALIZAÇÃO		

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
1.2.1 PLANEJAR PROPRIEDADES AGRÍCOLAS E APTIDÃO SOLO E LIMITAÇÕES LEGAIS	MAIOR CONHECIMENTO DA PROPRIEDADE 2A	N.D	PLANEJAMENTO INDIVIDUAL DA PROPRIEDADE (PIP) NO MBI	MAPEAMENTO DA CAPACIDADE DO USO DO SOLO EM ESCALA COMPATÍVEL	FALTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES	DIFERENTES CULTURAS E OBJETIVOS DAS ORGANIZAÇÕES
	READEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS 2B		PLANEJAMENTO FEITO PELA INDÚSTRIA FUMAGEIRA	AMPLIAR EXECUÇÃO PIP OU SIMILAR	RH (ALOCAÇÃO INADEQUADA E INSUFICIENTE)	REJEIÇÃO A MUDANÇAS
	POSSIBILIDADE DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FUTURAS		CENSO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL EM ALGUNS MUNICÍPIOS	AMPLIAR EXECUÇÃO DO CENSO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL	CUSTO OPERACIONAL	DIVERGÊNCIA DE OPINIÃO ENTRE GERAÇÕES
	MAIOR ACESSO A NOVAS ALTERNATIVAS		EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS	INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS NA EXECUÇÃO	DESCAPITALIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS	
	MAIOR ACESSO AO CRÉDITO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA		MICROCORREDORES ECOLÓGICOS (APREMAVI)	EDUCAÇÃO: VISÃO INTEGRADA PROPRIEDADE/BACIA (TÉCNICOS)	FALTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA EFICIENTE	
1.2.2 USAR PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS (MEC. E VEGETATIVAS)	< EROSIÃO DO SOLO (2a)		EXP. EXISTENTES EM PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS	PAISAGISMO NATURAL EM TORNO DAS BENFEITORIAS	FOMENTAR A CRIAÇÃO DE CONSÓRCIOS OU COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS	IGUAL À AÇÃO 1.2.1
	1b		PESQUISA EM PLANTAS PARA COBERTURA DO SOLO	AUMENTO DE VOLUME DO CRÉDITO E NOVAS LINHAS		
	HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO			> DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS	IGUAL À AÇÃO 1.2.1	IGUAL À AÇÃO 1.2.1
				PESQUISAR PLANTAS PARA PRÁTICAS CONS.		

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
1.2.2 USAR PRÁTICAS CONCERVACIONISTAS (MEC. E VEGETATIVAS)	<ul style="list-style-type: none"> >DIVERSIFICAÇÃO, ATIVIDADES E PROD. >PRODUTIVIDADE >LUCRATIVIDADE >QUALIDADE DE VIDA >GIRO DE R\$ NO MUN. 		<ul style="list-style-type: none"> MÁQUINAS E IMPLEMENTOS ADEQUADOS À PRAT. CONSERV. PROJETO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA (AMAVI) CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE TÉCNICOS E AGRIC. 	<ul style="list-style-type: none"> DESENVOLVER MÁQ. E TÉCNICAS CONSERV. IMPLEMENTAR PROGR. MELHOR VIDA REDIRECIONAR USO MÁQ. AGRÍCOLAS >CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO 		
1.2.3 INTEGRAR E REALOCAR ESTRADAS VICINAIS E CARREADORES	<ul style="list-style-type: none"> MENOR ESCOAMENTO SUPERFICIAL READEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS MENOR CUSTO DE MANUTENÇÃO MAIOR CONHECIMENTO DA PROPRIEDADE 	<ul style="list-style-type: none"> IMPACTO AMBIENTAL IMPACTO SOCIAL (DESAPROPRIAÇÃO) 	<ul style="list-style-type: none"> LAGOAS DE RETENÇÃO DE SEDIMENTOS PROJETO DER MICROBACIA TALUDES COM VEGETAÇÃO ORNAMENTAL E PRODUTIVA 	<ul style="list-style-type: none"> MOTIVAR E DINAMIZAR ARBORIZAÇÃO DE TALUDES CAPACITAR TÉCNICOS CAPACITAR OPERADORES DAS PREF. MUNICIPAIS LEVANTAMENTO DA EXTENSÃO DAS ESTRADAS VICINAIS E CARREADORES MOTIVAR E DINAMIZAR A INSTALAÇÃO DE LAGOAS DE RETENÇÃO DE SEDIMENTOS 	<ul style="list-style-type: none"> FALTA SENSIBILIZAÇÃO E CONHECIMENTO TÉCNICO DO PODER PÚBLICO E DA COMUNIDADE DIFICULDADE DE CONCESSÃO DE LAVRA PARA EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO DIFICULDADE DO LICENCIAMENTO DA EXTRAÇÃO (BUROCRACIA) 	IGUAL A AÇÃO 1.2.1



MANEJAR ADEQUADAMENTE OS CURSOS D'ÁGUA

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
1.3.1 RETIRAR ENTULHOS E EVITAR NOVAS DEPOSIÇÃO DE ENTULHOS	RETENÇÃO DE ÁGUA	RISCO REMANESCENTE DE CHEIAS EM ALGUNS PONTOS	EXPERIÊNCIAS NEGATIVAS COM RETIFICAÇÕES REALIZADAS	LANÇAR UMA "SEMANA DA ÁGUA" NA BACIA	POUCO CONHECIMENTO TÉCNICO	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
1.3.2 MANTER OS CURSOS D'ÁGUA NA SUA CONFIGURAÇÃO ORIGINAL	QUALIDADE DA ÁGUA	RISCO DE PERDA DE CULTURAS E BENFEITORIAS INSTALADAS NAS VÁRZEAS	MOBILIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE LIMPEZA COM BONS RESULTADOS	LEVANTAR IMPACTOS CONSTATADOS EM DECORRÊNCIA DAS OBRAS	FALTA DE VISÃO INTEGRADA ("O DONO DA ÁGUA")	
1.3.3 FAZER USO MÚLTIPLO DAS ESTRUTURAS HIDRÁULICAS EXISTENTES	REGULARIZAÇÃO DO FLUXO DE ÁGUA			IMPLANTAR SISTEMA PARA COORDENAÇÃO DO USO DAS ESTRUTURAS HIDRÁULICAS		
				DISPONIBILIZAR RECURSOS PARA VIABILIZAR USO MÚLTIPLO DAS ESTRUTURAS HIDR.		
				SEGURO PARA COBRIR PERDAS PELO USO MÚLTIPLO		
				MAPEAR E DIMENSIONAR AS ESTRUTURAS HIDR. EXISTENTES		
1.3.4 ESTUDAR A VIABILIDADE DE PEQUENAS RETENÇÕES (NA ESCALA DE MICROBACIA)	APRENDIZADO NA CONVIVÊNCIA COM AS CHEIAS			ESTRUTURAR PARCERIAS E COOPERAÇÃO		DIFERENÇAS DE CULTURAS INSTITUCIONAIS
1.3.5 OBSERVAR A LEGISLAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, LAGOAS E TANQUES	PRESERVAÇÃO DOS MANANCIAIS HÍDRICOS			REALIZAR PROJETOS PILOTOS DE PEQUENAS RETENÇÕES		DIFERENÇAS DE CULTURAS INSTITUCIONAIS

2.1 IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PRINCIPAIS

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.1.1 CONSTITUIR EQUIPES PERMANENTES DE PLANEJAMENTO	DIMINUIÇÃO NOS CUSTOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO		EXISTÊNCIA DE INSTITUTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL	CRIAR ESTRUTURAS MUNICIPAIS DE PLANEJAMENTO	REMUNERAÇÃO X CAPACITAÇÃO	
	CONTINUIDADE DE AÇÕES/INTEGRAÇÃO		PROFISSIONAIS CONCURSADOS	CONTRATAR PROFISSIONAIS CAPACITADOS	RECURSOS	
	DINAMIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES E AJUSTES				DEMANDA DE TEMPO	
2.1.2 DESENVOLVER BANCO DE DADOS	SUORTE PARA O PLANEJAMENTO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES		ESTUDOS CIENTÍFICOS	FORTALECER E INSTRUMENTALIZAR AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	FALTA DE VALORIZAÇÃO DA QUESTÃO DE PODER PÚBLICO/ COMUNIDADE	CULTURA ORGANIZACIONAL
			DADOS LEVANTADOS	IMPLANTAR SIG NAS PREFEITURAS	FALTA DE RECURSOS	
			SAÚDE/EDUCAÇÃO CADASTROS	FAZER LEVANTAMENTO DE DADOS (SISTEMAS)	TRATAMENTO INADEQUADO DE INFORMAÇÕES DO SERVIÇO PÚBLICO	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.1.2 DESENVOLVER BANCO DE DADOS			DIAGNÓSTICOS E PLANOS DIRETORES			
2.1.3 LEVANTAR ÁREAS DE RISCO	PREVENÇÃO DE CALAMIDADES		PLANOS DIRETORES EXISTENTES	TODAS AS ANTERIORES	TODOS OS ANTERIORES	COMUNIDADES INSTALADAS NAS ÁREAS DE RISCO
	FACILITAÇÕES DA DEFESA CIVIL		LEVANTAMENTOS ISOLADOS (PESQUISAS)			
	CONTROLE DA OCUPAÇÃO		CARTAS - ENCHENTES			Panel 04
			GASPAR - CRISE			
2.1.4 ESTABELECEER DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA A BACIA	AÇÕES INTEGRADAS		COMITÊ DA BACIA	TODAS AS ANTERIORES NA ESCALA DA BACIA	A INEXISTÊNCIA DA AGÊNCIA DA ÁGUA	DIVERGÊNCIAS INTERMUNICIPAIS
			PROPOSTA DO ZEE			
2.1.5 IMPLANTAR MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	DIMINUIÇÃO DA REJEIÇÃO DE PROPOSTAS		EXISTÊNCIA DE CONSELHOS MUNICIPAIS E DE ALGUNS SETORES ORGANIZADOS NA COMUNIDADE	UTILIZAR MÉTODOS QUE PERMITAM O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	INEXISTÊNCIA DE EQUIPE PERMANENTE DE PLANEJAMENTO	PERDA DE AUTONOMIA E DECISÃO DO EXECUTIVO E DOS TÉCNICOS
	COMUNIDADE PARTICIPANDO DO PROCESSO DECISÓRIO			IMPLEMENTAR A CRIAÇÃO DE CONSELHOS E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE		

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.1.6 PROMOVER O PLANEJAMENTO URBANO INTEGRADO (incluindo PLANOS DE DRENAGEM URBANA)	OTIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS		PROCESSOS DE PLANEJAMENTO IMPLANTADO EM ALGUMAS PREFEITURAS	TODOS ACIMA	TODOS OS ANTERIORES	
	EFICIÊNCIA DA INFRAESTRUTURA URBANA					
	INTEGRAÇÕES REDUZINDO CONFLITOS					
2.1.7 ESTABELECEER POLÍTICAS HABITACIONAIS	REDUÇÃO NA IMIGRAÇÃO		ALGUNS PLANOS DIRETORES	AQUISIÇÃO DE ÁREAS PARA ASSENTAMENTO	USO POLÍTICO	
	REDUÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO			OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA FINANCIAMENTO	POLÍTICAS HABITACIONAIS LOCAIS X FALTA DE POLÍTICA HABITACIONAL REGIONAL	
				IDENTIFICAR TECNOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO ECONÔMICA		
2.1.8 ESTABELECEER POLÍTICAS PARA AS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE CONSOLIDADAS	AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE ALAGAMENTO NATURAL DE RIOS E RIBEIRÕES		ALGUNS PLANOS DIRETORES	CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA PARA RELOCAÇÃO OU ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS E CULTURAIS DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO	RESTRIÇÃO AO USO DA PROPRIEDADE
			AÇÕES CIVIS PÚBLICAS			

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.1.9 ESTABELECEER POLÍTICAS PARA AS ÁREAS INUNDÁVEIS CONSOLIDADAS	AUMENTO DA COBERTURA		LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EXISTENTE	FALTA DE RECURSOS	
	REDUÇÃO DOS PREJUÍZOS ECONÔMICOS DAS COTAS INUNDÁVEIS		PLANOS DE DEFESA CIVIL		VONTADE POLÍTICA	
					SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	



ESTABELECEMENTO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.2.1 ESTABELECEER CONVÊNIOS COM OS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (EVITANDO O USO INADEQUADO DO SOLO)	DIMINUIÇÃO DA BARGANHA POLÍTICA		CONVÊNIOS ISOLADOS CELESC/CASAN/ SAMAE/CORPO DE BOMBEIROS PREFEITURAS MUNICIPAIS	DESENVOLVER PROPOSTAS DE NORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELO COMITÊ DO ITAJAÍ	VONTADE POLÍTICA	ACEITAÇÃO DA COMUNIDADE
	CUMPRIMENTO DO PLANO DIRETOR			NORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PELOS ÓRGÃOS REGULADORES	CONSTRUÇÕES IRREGULARES	RESTRIÇÃO DO USO DA PROPRIEDADE
	COMPROMETIMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS			ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO PROCESSO		

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.2.2 ESTABELECE PARCERIAS (VISANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O CORRETO USO DO SOLO)	CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE			TREINAMENTO DE MULTIPLICADORES	FALTA DE INTERESSE DA COMUNIDADE	
2.2.3 COBRAR A IMPLANTAÇÃO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS COM RESTRIÇÕES DO USO DO SOLO	CONSOLIDAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO			PARCERIAS ENTRE ESCOLAS, CLUBES DE SERVIÇO E ASSOCIAÇÕES	FALTA DE RECURSOS	
2.2.4 GERENCIAR OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO	APORTE DE RECURSO FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO		PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	CRIAR FÓRUM DE DISCUSSÃO DE PROJETO DE LEI	FALTA DE EXPERÊNCIAS JÁ REALIZADAS	REDISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS
	FORNECER DADOS PARA O PLANEJAMENTO RURAL E URBANO		MOBILIZAR AS FORÇAS POLÍTICAS PARA APROVAR LEI	PROGRAMAS EFETIVOS DE FIXAÇÃO DO HOMEM NO CAMPO	FALTA DE MOBILIZAÇÃO	CERCEAMENTO DA LIBERDADE INDIVIDUAL
	MINIMIZAR OS PROBLEMAS DA MIGRAÇÃO		PROGRAMAS EFETUADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA / EPAGRI	SISTEMA DE MONITORAMENTO E DE INFORMAÇÕES	DESCONEHECIMENTO SOBRE OS BENEFÍCIOS	ATUAÇÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
	DIMINUIR A PRESSÃO SOBRE AS ÁREAS URBANAS DE RISCO		REUNIÕES DA SECRETARIA DA FAMÍLIA (ASSISTÊNCIA SOCIAL) PROGRAMAS ISOLADOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	PROGRAMAS EFETIVOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PROGRAMAS EFETIVOS HABITACIONAIS	VONTADE POLÍTICA RECURSOS FINANCEIROS DESCONHECIMENTO DAS LEIS	
2.2.5 IMPLANTAR SISTEMAS INTEGRADOS DE FISCALIZAÇÃO/ MONITORAMENTO DO USO DO SOLO NA BACIA	CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS		TODAS AS ANTERIORES	TODAS AS ANTERIORES	TODOS OS ANTERIORES	TODOS OS ANTERIORES

LINHA DE AÇÃO 3

GERENCIAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.3.1 AUMENTAR A COBERTURA VEGETAL NA ÁREA URBANA	AUMENTO DA RETENÇÃO	DESAPROPRIAÇÃO	EXISTÊNCIA ISOLADA DE ALGUMAS LEIS E PROGRAMAS (ARBORIZAÇÃO URBANA, ETC)	IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS PARA CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO (REFLORESTAMENTO)	FALTA DE RECURSOS	INDENIZAÇÃO DE ÁREAS

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
2.3.1 AUMENTAR A COBERTURA VEGETAL NA ÁREA URBANA	MELHORIA DA QUALIDADE DO AR (MICROCLIMA) AUMENTO DA FAUNA DIMINUIÇÃO DO ESCOAMENTO/RETENÇÃO			PRODUÇÃO DE MUDAS (INTENSIFICAR) INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE ÁREAS PRIVADAS VERDES CRIAÇÃO DE PARQUES E PRAÇAS MUNICIPAIS	ÁREAS OCUPADAS	DIREITO DE PROPRIEDADE
2.3.2 RESTRINGIR AS ÁREAS URBANAS IMPERMEABILIZADAS	MELHORIA PAISAGÍSTICA			DEFINIR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NO PLANO DIRETOR IDENTIFICAR TECNOLOGIAS DE PAVIMENTOS POROSOS E INCENTIVAR SUA UTILIZAÇÃO		
2.3.3 IMPLANTAR E ADEQUAR SISTEMAS DE DRENAGEM PLUVIAL	MELHORIA DO ESCOAMENTO/RETENÇÃO DIMINUIÇÃO DE ÁREAS ALAGADAS	AUMENTO DA VELOCIDADE DE ESCOAMENTO PARA O RIO TRANSTORNOS DO SISTEMA VIÁRIO (TEMPORÁRIO REVERSÍVEL)	REDES DE DRENAGEM EXISTENTES, ALGUNS EQUIPAMENTOS	ELABORAÇÃO DE DRENAGEM (PLANO DIRETOR) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO DE EQUIPES DE MANUTENÇÃO	FALTA DE RECURSOS REDES EXISTENTES MAL PROJETADAS E CONSTRUÍDAS	
2.3.4 DAR MANUTENÇÃO AOS SISTEMAS DE DRENAGEM IMPLANTADOS				CONSIDERAR O USO DE DISSIPADORES DE ENERGIA E/OU BACIAS DE ACUMULAÇÃO NOS PONTOS DE LANÇAMENTO DE DRENAGEM		

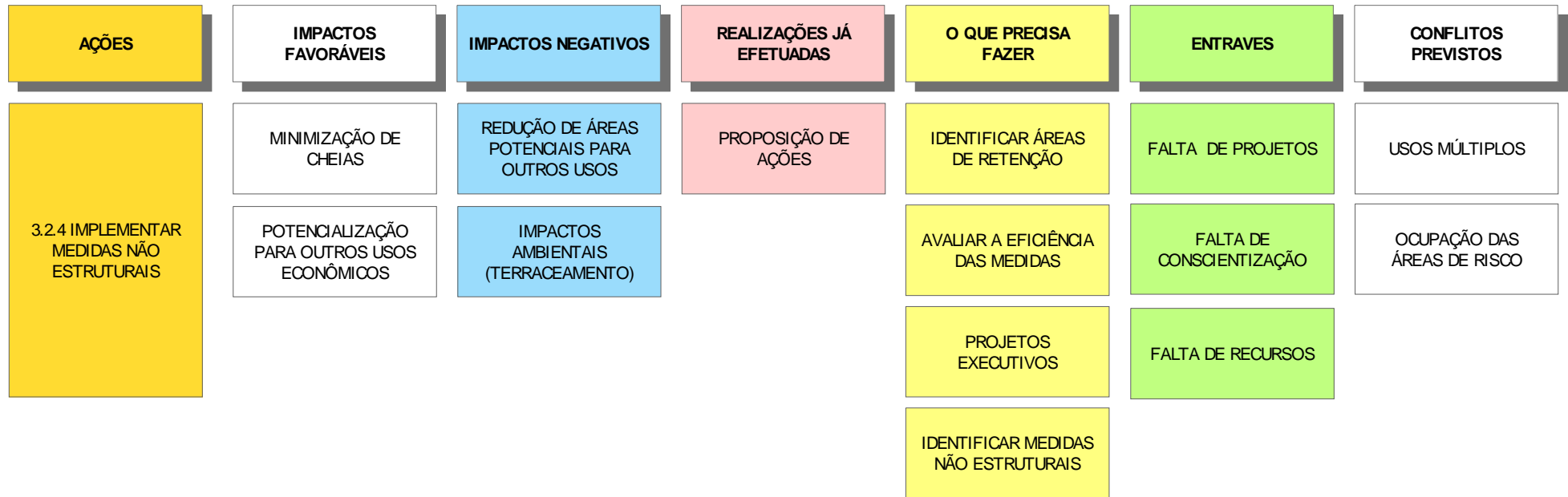
AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
<p>2.3.5 DAR A CORRETA DESTINAÇÃO AO LIXO/ENTULHOS</p>	<p>REDUÇÃO DOS LIXÕES E DEPÓSITOS A CÉU ABERTO</p>		<p>PROGRAMAS ISOLADOS DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM</p>	<p>IDENTIFICAR FORMAS E LOCAIS DE DISPOSIÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS</p>	<p>RECURSOS</p>	<p>LIXO É PROBLEMA DO OUTRO (CULTURA)</p>
	<p>REDUÇÃO DOS ENTULHOS NAS ÁREAS INUNDÁVEIS</p>		<p>EXISTÊNCIA DE ATERRO EM ALGUNS MUNICÍPIOS</p>	<p>ATERRO SANITÁRIO</p>	<p>PARADIGMAS CULTURAIS</p>	
	<p>REDUÇÃO DO VOLUME DE LIXO/ ENTULHO DEPOSITADOS NOS RIOS E RIBEIRÕES</p>			<p>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS</p>		
<p>2.3.6 IMPLANTAR MEDIDAS DE UTILIZAÇÃO DE RETENÇÃO E INFILTRAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS</p>	<p>REDUÇÃO DO ESCOAMENTO</p>		<p>ESTUDOS JÁ EFETUADOS (TUCCI, IIPH) (SANDRO, UFSC)</p>	<p>LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS PLANOS DIRETORES</p>	<p>PARADIGMA CULTURAL</p>	
	<p>REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA POTÁVEL</p>			<p>MODELOS TÉCNICOS PARA SEREM IMPLANTADOS</p>	<p>FALTA DE RECURSOS</p>	
	<p>AUMENTO DA INFILTRAÇÃO</p>					

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
3.1.1 DIAGNOSTICAR A SITUAÇÃO HIDRÁULICO SEDIMENTOLÓGICA NA REDE DE DRENAGEM	APOIO À FORMULAÇÃO DE PROJETOS	X	FURB, JICA, UNIVALI, ANEEL, INPH, DEOH	LEVANTAMENTOS ADICIONAIS SEDIMENTOMETRIA	LIMITAÇÕES FINANCEIRAS	X
	PERMITIR DECISÕES CORRETAS			IMPLANTAÇÃO DOS MODELOS HIDRODINÂMICOS DE SIMULAÇÃO	FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE O POTENCIAL DAS AÇÕES	
	CONHECIMENTO PRECISO DA ORIGEM E AMPLITUDE DAS CAUSAS DAS CHEIAS			DIVULGAÇÃO DA NECESSIDADE DE DIAGNOSTICAR		
	MAIOR CONHECIMENTO DA BACIA E SEUS POTENCIAIS					
3.1.2 DIAGNOSTICAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA REDE DE DRENAGEM	DISCIPLINAR E ORIENTAR AS ATIVIDADES	X	DNPM, CELESC, ADHOC, DEOH	LEVANTAMENTO DE CAMPO	CONFIABILIDADE DOS DADOS	CONFLITO DE INTERESSES
	IDENTIFICAR / ESPECIFICAR QUE ATIVIDADES SE PRETENDE DIAGNOSTICAR			ESTUDOS DE IMPACTOS	ACESSO AOS DADOS	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
3.1.3 ELABORAR PLANOS E PROJETOS DE INTERVENÇÃO BASEADOS NOS DIAGNÓSTICOS	MINIMIZAÇÃO DAS CHEIAS	X	JICA, IPA, DEOH, PREFEITURAS	INTEGRAÇÃO DE PROJETOS ESTUDOS DE CENÁRIOS IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO	INTEGRAÇÕES DE EQUIPES E INSTITUIÇÕES	COMPATIBILIZAÇÃO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
3.1.4 ELABORAR PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS DIAGNÓSTICOS						
3.1.5 DIAGNOSTICAR A INFLUÊNCIA E IMPACTOS DAS MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS NA REDE DE DRENAGEM						
3.1.6 ORGANIZAR A ESTRUTURA DA GESTÃO	FACILITAR ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL MAIOR PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA		EXISTÊNCIA DO COMITÊ DO ITAJAÍ	CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DA ÁGUA		

CONTROLE DA REDE DE DRENAGEM

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
3.2.1 CONSERVAR E MELHORAR AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS EXISTENTES	MINIMIZAÇÃO DAS CHEIAS	X	DRAGAGENS E DESOBSTRUÇÃO DAS BARRAGENS	OBRAS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	X
	SEGURANÇA OPERACIONAL		OBRAS DE MANUTENÇÃO E MELHORIA OPERACIONAL	ESTRUTURAS COMPLEMENTARES		
3.2.2 OTIMIZAR A OPERAÇÃO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES	MINIMIZAÇÃO DAS CHEIAS	X	EXPERIÊNCIA DE OPERAÇÃO		FALTA DE ARTICULAÇÃO	INTERESSES DIVERGENTES ENTRE USUÁRIOS DE ÁREAS ALAGADAS
	SEGURANÇA OPERACIONAL			AVALIAR USO DAS BARRAGENS EXISTENTES	ACESSO A DADOS	
3.2.3 IMPLEMENTAR OBRAS ESTRUTURAIS	MINIMIZAÇÃO E CONTROLE DE CHEIAS	DANOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS	JICA, IPA, PREFEITURAS, SDA, DEOH, ADHOC	NOVOS PROJETOS	RECURSOS FINANCEIROS	INFORMAÇÃO DISTORCIDA
	BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS			AVALIAR E OTIMIZAR PROJETOS EXISTENTES	RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE (MAIORES ESCLARECIMENTOS)	OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO
				AVALIAR E INVENTARIAR OBRAS EFETIVADAS		



EIXO
TEMÁTICO
4

**IMPLEMENTAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA
HIDROGRÁFICA**

Panel O6

LINHA DE
AÇÃO 1

AVANÇAR NO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
4.1.1 CRIAR ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE	MAIOR RESPEITO AS ÁREAS DE RISCO E APP	X	DEFESA CIVIL DE RIO DO SUL, BLUMENAU, RIO DO OESTE, BRUSQUE ITUPORANGA	CRIAR ÓRGÃO AMBIENTAL E DEFESA CIVIL PARA OS OUTROS MUNICÍPIOS	FINANCEIROS: -FALTA DE RECURSOS -FALTA DE PRIORIDADES -MÁ APLICAÇÃO	X
4.1.2 ESTRUTURAR DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS	MELHORIA DA PREVENÇÃO		ÓRGÃO AMBIENTAL DE BLUMENAU		CULTURAL: -FALTA DE RECONHECIMENTO -RESISTÊNCIA	
					POLÍTICO: -FALTA DE DECISÃO -FALTA DE ARTICULAÇÃO	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
4.2.1 CAPACITAR RECURSOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	MELHORIA DA GESTÃO AMBIENTAL	X	AÇÕES SETORIAIS COMO: CARTILHAS MUNICIPAIS	DECISÃO POLÍTICA	RECURSOS HUMANOS -FALTA PESSOAS CAPACITADAS	PROCESSO ECONÔMICO (DESENVOLVIMENTO)
4.2.2 REALIZAR AÇÕES INTEGRADAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL			SEMANAS DO MEIO AMBIENTE	DEFINIR METODOLOGIA		
4.2.3 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE NOVA VISÃO DE GERENCIAMENTO DE CHEIAS				REALIZAR SEMANA DA ÁGUA EM TODO O VALE		

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
<p>5.1.1 COMPLEMENTAR O SISTEMA DE ALERTA NA BACIA</p>	<p>OBTENÇÃO DE DADOS HIDROMETEOROLÓGICOS EM TEMPO REAL</p>	<p>INFORMAÇÕES INCORRETAS (GERALMENTE DE PESSOAS DESINFORMADAS)</p>	<p>ESTAÇÕES TELEMÉTRICAS BNU, INDAIAL, TIMBÓ, APIÚNA, IBIRAMA, ITU, R. SUL, TAIÓ, V. RAMOS, BRUSQUE, B. OESTE E B. RIO BONITO</p>	<p>INSTALAR NOVOS POSTOS TELEMÉTRICOS</p>	<p>FINANCEIRO - FALTA DE RECURSOS - FALTA DE PRIORIDADES</p>	<p>COMPETÊNCIA DA OPERAÇÃO</p>
	<p>CONHECIMENTO DA SITUAÇÃO DA CHEIA EM TEMPO REAL</p>		<p>COLETA DE DADOS DAS ESTAÇÕES EXISTENTES</p>	<p>PREVISÃO CHEIAS PARA OUTRAS CIDADES DA BACIA</p>	<p>RECURSOS HUMANOS - FALTA DE PESSOAS CAPACITADAS</p>	
	<p>OPERAÇÃO DAS BARRAGENS</p>		<p>OPERAÇÃO DAS BARRAGENS NORTE, SUL, OESTE</p>	<p>PREVISÃO DA QUANTIDADE DE CHUVA</p>	<p>POLÍTICO - FALTA DE DECISÃO - FALTA DE ARTICULAÇÃO</p>	
	<p>PREVISÃO DAS CHEIAS</p>		<p>PREVISÃO DE CHEIA BLUMENAU E RIO DO SUL</p>	<p>MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES EXISTENTES</p>	<p>DEFINIR RESPONSABILIDADES DA OPERAÇÃO</p>	
	<p>DIMINUIÇÃO DAS PERDAS MATERIAIS E HUMANAS</p>		<p></p>	<p>DISSEMINAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA</p>	<p>COLOCAR EM OPERAÇÃO AS ESTAÇÕES TELEMÉTRICAS</p>	

AÇÕES	IMPACTOS FAVORÁVEIS	IMPACTOS NEGATIVOS	REALIZAÇÕES JÁ EFETUADAS	O QUE PRECISA FAZER	ENTRAVES	CONFLITOS PREVISTOS
5.1.2 ESTRUTURAR A DEFESA CIVIL	CATÁSTROFES SERÃO ADMINISTRADAS	X	DC EM BLUMENAU E RIO DO SUL ESTRUTURADAS	ESTRUTURAR DC NAS DEMAIS CIDADES	CULTURAL	X
				DESENVOLVER PLANOS DE DEFESA CIVIL	FINANCEIRO	
				DIFUNDIR DOS ALERTAS DE CHEIAS PARA A COMUNIDADE	FINANCEIRO POLÍTICO	
				EVACUAR DE FLAGELADOS		
				ASSISTÊNCIA -ALIMENTAR -ABRIGOS -SAÚDE		
				PREVENÇÃO DE CHEIAS		
				EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
5.1.3 IMPLANTAR VIAS DE ACESSO PARA EMERGÊNCIA	FACILITAR O DESLOCAMENTO DAS PESSOAS	DESAPROPRIAÇÃO	LEVANTAMENTO FEITO PELA SEC. DE D. E. NO ALTO VALE	ROTAS ALTERNATIVAS	DESAPROPRIAÇÕES	X
		IMPACTOS AMBIENTAIS DE TODA ORDEM		EXECUTAR VIA DE CONTORNO DA BARRAGEM NORTE	SITUAÇÕES TOPOGRÁFICAS	
				EXECUTAR A TRANS-ENCHENTE	RECURSOS FINANCEIROS	
			COBRAR DO GOVERNO DO ESTADO TRABALHO NO ALTO VALE			

PRIORIZAÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO

Painel 08

LINHA DE AÇÃO	No DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
3.1. GERENCIAMENTO DA REDE DE DRENAGEM	14	1a
1.1. ATINGIR, EM 5 ANOS, NO MÍNIMO 35% DE COBERTURA FLORESTAL POR MUNICÍPIO	12	2a
1.3. MANEJAR ADEQUADAMENTE OS CURSOS D'ÁGUA	10	3a
4.2. AUMENTAR O CONHECIMENTO E A CONVIVÊNCIA COM AS CHEIAS	10	3a
1.2. USAR E MANEJAR ADEQUADAMENTE O SOLO EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	9	4a
2.1. IMPLANTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES PRINCIPAIS	9	4a
3.2. CONTROLE DA REDE DE DRENAGEM	8	5a
2.3. GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS PLUVIAIS	6	6a
5.1. IMPLANTAR SISTEMA EMERGENCIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA	6	6a
2.2. ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS	1	7a
4.1. AVANÇAR NO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO	0	8a

LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS PARCEIROS/ RESPONSÁVEIS

Painel 09

**CONSERVAÇÃO,
RECUPERAÇÃO E MANEJO
SUSTENTÁVEL DO MEIO
RURAL**

LINHA
1.1.

- SOS (EPAGRI/CIBASC)
- PREFEITURAS (SECR. MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA)
- ONG's
- SDM/FATMA
- INDÚSTRIAS
- MINISTÉRIO PÚBLICO

LINHA
1.2.

- S.D.A. (EPAGRI/ CIDASC/ ICEP)
- PREFEITURAS
- DER
- ONG's
- FUMAGEIRAS
- COOPERATIVAS

LINHA
1.3.

- SDA (EPAGRI/ CIDASC)
- SDM/ FATMA
- PREFEITURAS
- ONG's
- SOCIEDADE

**GESTÃO URBANA PARA
CONTROLE DE ENCHENTES
IMPLANTADA EM TODA A
BACIA**

LINHA
2.1.

- SDM
- COMITÊ DO ITAJAÍ
- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
- PREFEITURAS
- COHAB (2.1.8.)
- FATMA (2.1.9.)
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MERCOSUL

- PREFEITURAS
- COMITÊ DO ITAJAÍ

LINHA
2.3.

- PREFEITURAS
- COMITÊ DO ITAJAÍ
- PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO
- FATMA
- SDM/ SDA/ SECRETARIA DA FAMÍLIA
- POLÍCIA AMBIENTAL
- MINISTÉRIO PÚBLICO

LINHA
2.2.

LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS PARCEIROS/ RESPONSÁVEIS

Painel 09
cont.

GESTÃO E CONTROLE DA REDE DE DRENAGEM

-COMITÊ (AGÊNCIA DA ÁGUA)
- SDM
- STO/ DEOH
- SDA/ CLIMERH/ EPAGRI
- FURB/ UNIVALI

LINHA
3.1.

- COMITÊ
- STO/ DEOH
- SDM
- SDA/ EPAGRI/ CIDASC

LINHA
3.2

SISTEMA EMERGENCIAL

-FURB
- CLIMERH/ EPAGRI
- PREFEITURAS DA BACIA DO
ITAJAÍ
- CEDEC
- TELESC
- CELESC
- DER
- DEOH

LINHA
5.1.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS DA OFICINA

Painel 10

APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES ACORDADAS
À ASSEMBLÉIA DO COMITÊ

A ASSEMBLÉIA DEFINE QUEM, PELO COMITÊ,
PARTICIPARÁ DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS
SEGUNDO AS DIRETRIZES ACORDADAS

A SECRETARIA DO COMITÊ PREPARA COM
ANTECEDÊNCIA TUDO O QUE FOR NECESSÁRIO
PARA VIABILIZAR A ELABORAÇÃO DOS
PROJETOS PARA PREVENÇÃO E CONTENÇÃO
DE ENCHENTES NO VALE.

AVALIAÇÃO FINAL DA OFICINA

LUZES

FINALIZOU COM RESULTADO CONCRETO	RIQUEZA DE INFORMAÇÕES
CONVÍVIO COM PESSOAS	TRABALHO PARTICIPATIVO
TROCA DE EXPERIÊNCIAS	TRATAMENTO AMPLO E DEMOCRÁTICO DO PROBLEMA
BOA PARTICIPAÇÃO (ESPAÇO DEMOCRÁTICO)	SEQÜÊNCIA LÓGICA DOS TRABALHOS
INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	CONSEGUIU-SE CHEGAR AO OBJETIVO PROPOSTO
INÍCIO DE INTEGRAÇÃO ENTRE DIVERSAS INSTITUIÇÕES	OS MOMENTOS DE CONVERGÊNCIA NO GRUPO
DINÂMICA E AUMENTO DO CONHECIMENTO	O PROCESSO
ATINGIU O OBJETIVO	REUNIU PESSOAL CAPACITADO
VENCEMOS O DESAFIO	FORMA DEMOCRÁTICA DA CONDUÇÃO DA OFICINA
A FORMAÇÃO VARIADA DOS INTEGRANTES, CARACTERIZANDO UM GRUPO NITIDAMENTE MULTIDISCIPLINAR	A SEGURANÇA DA CONSULTORA
	A ESCOLHA DO LOCAL (SEM MAIORES INTERFERÊNCIAS EXTERNAS)

SOMBRAS

O ATRASO NA ABERTURA, NO PRIMEIRO DIA DA OFICINA	O ATRASO DE ALGUNS INTEGRANTES (CHEGADAS TARDIAS)
A INTERFERÊNCIA DE ASPECTOS IDEOLÓGICOS POR ALGUNS PARTICIPANTES DIFICULTANDO A DISCUSSÃO (PRECONCEITO)	FALTA DE PRÁTICA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
CANSATIVO	FREQÜÊNCIA ALTERNADA PREJUDICOU O ANDAMENTO
ASSUNTOS DESVIADOS DO OBJETIVO	POUCO CONFORTO, TORNANDO CANSATIVO
FALTA DE PERSPECTIVAS DE UM PLANO REAL (PACTO)	DURAÇÃO DO WORKSHOP
INFRAESTRUTURA DO LOCAL	POSIÇÕES INTRANSIGENTES